

RECRUSUL S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia e suas controladas têm por objeto social o desenvolvimento e execução de projetos de engenharia; projeto, desenvolvimento, fabricação, montagem, assistência técnica e comércio, no mercado nacional, exportação e importação e todas as formas, de componentes e equipamentos para refrigeração, transporte, armazenagem, tratamento e condicionamento de ar e construção civil; representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras e participação no capital de outras sociedades.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2012, em 26 de março de 2013.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Base de Preparação

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As

Demonstrações Contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da empresa incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

3.6 Clientes

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação.

3.12 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.13.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

3.14 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.17 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 – CLIENTES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Clientes Nacionais	3.956	1.898	3.803	3.931
Clientes exportação	2	-	2	-
(-)Prov.Créditos Liquidação	-	(1.031)	(396)	(2.499)
Total Líquido a Receber	3.958	867	3.409	1.432

NOTA 05 – ESTOQUES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Produtos Prontos	711	714	711	834
Produtos em Processo	2.040	6.543	2.040	6.543
Matéria-Prima	4.216	3.124	4.216	3.124
Materiais Diversos	836	3.003	5.707	3.488
Total Líquido a Receber	7.803	13.384	12.674	13.989

NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IR e CSLL Diferido	-	12.480	-	12.579	-	12.480	-	12.579
PIS Processo a Recuperar	-	3.238	-	3.188	-	3.238	-	3.188
IPI Processo a Recuperar	-	1.775	-	1.726	-	1.775	-	1.726
IPI a Compensar	463	-	257	-	461	-	257	-
IR a Recuperar	296	-	280	-	495	-	469	-
ICMS a Recuperar	139	-	315	-	138	-	315	-
Pis a Recuperar	0	-	20	-	17	-	35	-
Cofins a Recuperar	5	-	117	-	104	-	219	-
Inss a Recuperar	-	-	20	-	-	-	20	-
IRPJ a Recuperar	-	-	-	-	1	-	25	-
CSLL a Recuperar	-	-	-	-	3	-	17	-
Outros Imp.a Recuperar	-	-	76	-	58	-	91	-
Total	903	17.493	1.085	17.493	1.277	17.493	1.448	17.493

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ diferido	9.448	9.434
CSLL diferida	3.032	3.145
Total	12.480	12.579

O registro contábil efetuado está lastreado na projeção de resultados tributáveis futuros, os quais estão fundamentados em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração. Este foi objeto no ano de 2006 para a aprovação pelos credores do Plano de Recuperação Judicial solicitado pela empresa em 25 de

janeiro de 2006 e aprovado em assembléia de credores em 13 de dezembro de 2006. Tal Plano, extensamente detalhado, encontra-se disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários, BMF & Bovespa e no próprio site da Recrusul, e primariamente prevê incremento das quantidades faturadas, incremento da produtividade fabril através da melhoria dos processos produtivos e redução dos custos fixos.

O item de número 4 do referido Plano trata do Orçamento de Produção/Vendas na qual apresenta a metodologia e as projeções aprovadas para crescimento operacional e conseqüente geração de resultados positivos para os próximos anos.

Nestes demonstrativos fica evidenciada a capacidade da Companhia em gerar lucros e excedentes financeiros suficientes para fazer frente aos pagamentos decorrentes da atividade operacional e do Plano de Recuperação. Os créditos tributários previstos têm a seguinte expectativa de realização:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Valores-R\$ Mil	1.303	2.544	5.202	5.603	7.326	9.903	17.025	18.102	17.884	20.650	20.428	125.970

PIS A RECUPERAR

Processo de crédito de PIS reconhecido judicialmente, no qual, foi deferida a compensação com outros tributos federais. Em execução de sentença contra a Fazenda Pública, a mesma reconheceu que o interessado, Recrusul, faz jus ao crédito pleiteado e anui aos cálculos dos valores apresentados.

IPI PROCESSO

Processo administrativo tributário 11065.002534/2002-11 e ação ordinária n. 1999.71.000.08872-9 em decorrência de classificação fiscal do produto carrocerias, no qual pleiteamos a restituição de IPI e/ou compensação.

IPI A COMPENSAR

Crédito em decorrência das alíquotas de IPI das operações normais da empresa. Este crédito foi 60% compensado com outros tributos federais no mês de Janeiro de 2011 através da apresentação de perdcomps

NOTA 07 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Descrição	Grupo	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Créditos com Controladas	Ativo Circulante	-	-	-	-	1.658
Débitos com Controladas	Passivo Não Circulante			188	188	23
Receitas de Vendas	Receitas	-	-	-	-	-

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Capital Social	6.000	19.612	352	25.964	13.964
Patrimônio Líquido	1.372	(18.375)	841	(16.162)	(25.671)
% de Participação No Capital Votante	99,57	99,84	95	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	99,84	95	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(250)	(2.254)	17	(2.487)	(54)
Saldo Inicial em 31/12/2011	1.591	8.190	784	10.565	10.929
Equivalência Patrimonial	(246)	-	15	(231)	(363)
Adições Investimentos	-	6.272	-	6.272	-
Ajuste Valor Patrimonial IFRS	-	1	-	1	(1)
Saldo Final em 31/12/2012	1.345	14.463	799	16.607	10.565
Saldo de Outros Investimentos				120	119
Saldo Total de Investimentos				16.727	10.684

Em consonância com a Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996, não está contabilizada nos resultados apresentados pela Recrusul S/A, tanto em 2012 quanto em 2011, o prejuízo da equivalência patrimonial de nossa controlada Refrisa S/A – R\$ 2.254 mil em 2012, devido a mesma encontrar-se com passivo a descoberto conforme apresentado no quadro anterior.

NOTA 09 – IMOBILIZADO

CONTROLADORA

Descrição	31 de Dezembro de 2011	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Depreciações	31 de Dezembro de 2012
Imóveis	24.572	-	-	-	-	24.572
Máquinas e Equipamentos	4.597	9	(64)	(116)	(423)	4.003
Veículos	58	-	-	-	(19)	39
Móveis e Utensílios	3	-	-	-	(2)	1
Processamento de Dados	86	-	-	1	(44)	43
Instalações/Ferramentas	193	2	(20)	116	(31)	260
Imobilizado em Andamento	384	-	-	(1)	-	383
TOTAL sem Intangível	29.893	11	(84)	-	(519)	29.301
Intangível	175	15	(34)	-	(40)	116
TOTAL com Intangível	30.068	26	(118)	-	(559)	29.417

CONSOLIDADO

Descrição	31 de Dezembro de 2011	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Depreciações	31 de Dezembro de 2012
Imóveis	29.955	-	-	-	-	29.955
Máquinas e Equipamentos	4.597	9	(64)	(116)	(423)	4.003
Veículos	58	-	-	-	(19)	39
Móveis e Utensílios	3	-	-	-	(2)	1
Processamento de Dados	86	-	-	1	(44)	43
Instalações/Ferramentas	193	2	(20)	116	(31)	260
Imobilizado em Andamento	384	-	-	(1)	-	383
TOTAL sem Intangível	35.276	11	(84)	-	(519)	34.684
Intangível	175	16	(34)	-	(40)	117
TOTAL com Intangível	35.451	27	(118)	-	(559)	34.801

Despesas com Depreciação

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Custo de Produção	428	426	428	426
Despesas Administrativas	128	124	128	124
Despesas com Vendas	3	2	3	2
Total	559	552	559	552

NOTA 10 – FORNECEDORES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Fornecedores	5.932	5.963	5.406	6.550
(-) AVP - Fornecedores	(94)	(53)	(94)	(53)
Total	5.838	5.910	5.312	6.497

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m. relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação.

A taxa mensal arbitrada calculada, foi de 1,28% a.m, aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$ 94 mil.

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	Taxa a.m%	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	Taxa a.m%
Antecipação Recebíveis Finame	330	330	a)	330	330	a)
Empréstimos Bancários	7.818	7.255	b)	7.818	7.255	b)
Fomento Mercantil	-	995	3,00%	-	995	3,00%
TOTAL	8.148	8.580		8.148	8.580	
Total a Curto Prazo	6.523	7.565		6.523	7.565	
Total a Longo Prazo	1.625	1.015		1.625	1.015	

a) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m a CDI + 1,2% a.m

b) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m

Os recursos para capital de giro referem-se à antecipação de recebíveis da modalidade de FINAME, descontos de duplicatas e fomento mercantil para aquisição de matérias-primas voltadas à produção.

Os empréstimos registrados no Não Circulante no valor de R\$ 1.625 mil possuem prazo de vencimento para até fevereiro de 2015 e as garantias incluem aval e bens móveis.

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**a) Impostos no Circulante**

Impostos, Taxas e Contribuições				
Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
IRRF a Recolher	550	549	633	909
IPI a Recolher	-	-	-	-
IOF a Recolher	132	118	187	188
PIS a Recolher	105	0	125	-
COFINS a Recolher	2.581	1.960	2.581	1.960
IRPJ a Recolher	-	-	368	1
FGTS a Recolher	829	607	1.394	1.167
INSS a Recolher	9.228	7.435	9.623	7.825
Contribuição Sindical a Recolher	42	39	56	101
ICMS a Recolher	6.747	6.348	9.545	8.862
IPTU a Recolher	1.215	1.066	1.215	1.072
ISS a Recolher	465	426	467	428
Provisões Tributárias	204	153	204	176
TOTAL IMPOSTOS	22.099	18.701	26.398	22.689
Obrigações Fiscais Federais	13.672	10.861	15.171	12.327
Obrigações Fiscais Estaduais	6.747	6.348	9.545	8.862
Obrigações Fiscais Municipais	1.680	1.492	1.682	1.500
TOTAL IMPOSTOS	22.099	18.701	26.398	22.689

b) Impostos no Não Circulante

Impostos, Taxas e Contribuições				
Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
FGTS a Recolher	1.532	1.586	1.532	1.585
INSS a Recolher	463	1.010	463	1.010
Outros Impostos a Recolher	-	-	-	-
TOTAL IMPOSTOS	1.995	2.595	1.995	2.595

O débito de INSS (Circulante e Não Circulante), foi oriundo de parcelamento ordinário junto ao INSS e refere-se a débitos trabalhistas que serão pagos em 60 meses, cuja primeira parcela foi liquidada em julho de 2010 e a última parcela vencível em junho de 2015.

c) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS

Referem-se à provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social gerada pela Adoção do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 sobre a avaliação de ativos, que se constituirá como passivo oneroso para Companhia, caso seja alienado futuramente. Este passivo sofrerá redução proporcionalmente quando da realização da depreciação dos itens avaliados.

NOTA 13 – CREDORES PLANO DE RECUPERAÇÃO (Circulante e Não Circulante)

O Plano de Recuperação Judicial da Recrusul S.A. (processo n.º 035/1.06.0000410-0) foi deferido em 25 de janeiro de 2006 e, em 13 de dezembro de 2006, foi homologado pelo Juiz, após sua apreciação pela

Assembléia-Geral de Credores, prevendo prazo de nove anos para pagamento dos passivos bancários e quirografários, com juros de 6% a.a. Os débitos trabalhistas foram parcelados para pagamento em dois anos, também com juros de 6% a.a. sem correção monetária. Além da controladora, as controladas Refrisa S/A e Refrima S/A também aderiram à Recuperação Judicial.

Os valores originais dos débitos na data da solicitação da Recuperação Judicial, conforme Quadro Oficial dos Credores está descrito a seguir:

Quadro Geral dos Credores em 13 de dezembro de 2006				
Descrição	Recrusul	Refrisa	Refrima	Total
Trabalhistas	9.946	761	54	10.761
Inst. Financeiras	8.971	-	-	8.971
Quirografários	9.846	803	1.568	12.217
TOTAL	28.763	1.564	1.622	31.949

O Plano originalmente aprovado previa para os débitos trabalhistas pagamento total em dois anos. Entretanto, devido à frágil situação econômica e financeira da empresa durante o ano de 2007, foi proposta a alteração do prazo de dois anos para uma nova modalidade de pagamento: antecipação de R\$ 800 mil, oriunda de leilão judicial de um imóvel da empresa, acrescida de pagamentos trimestrais de 1,5% do faturamento bruto mensal da empresa, a partir de janeiro de 2008.

Posição dos Saldos da Recuperação – CONTROLADORA						
Descrição	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Trabalhistas	555	5.995	6.550	563	5.995	6.558
Inst. Financeiras	1.075	2.545	3.620	1.108	2.974	4.082
Quirografários	3.260	5.587	8.847	3.533	6.342	9.875
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(711)	(711)	-	(1.098)	(1.098)
TOTAL	4.889	13.417	18.306	5.204	14.213	19.417

Posição dos Saldos da Recuperação – CONSOLIDADO						
Descrição	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Trabalhistas	741	6.370	7.111	749	6.370	7.119
Inst. Financeiras	1.075	2.544	3.619	1.107	2.974	4.081
Quirografários	3.799	6.694	10.493	4.068	7.476	11.544
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(791)	(791)	-	(1.272)	(1.272)
TOTAL	5.614	14.818	20.432	5.924	15.548	21.472

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de dezembro de 2008, o Exmo. Sr. Juiz da Comarca de Sapucaia do Sul no dia 22 de dezembro de 2008 proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Recrusul, salientando em relatório sumário, que foram cumpridos todos os requisitos legais essenciais ao processamento da recuperação, bem como cumpridas as obrigações constantes do plano aprovado em assembléia-geral.

A íntegra da sentença encontra-se disponível em nossa página na internet, bem como na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e BMF & Bovespa.

Os compromissos do Plano de Recuperação Judicial (Quirografários e Instituições Financeiras) que totalizam em 31 de dezembro de 2012 R\$ 12.467 na controladora, deverão ser pagos em cinco parcelas vencíveis em dezembro de cada ano com juros de 6% a.a, sem correção monetária.

NOTA 14 - PARCELAMENTO LEI 11.941

PARCELAMENTO LEI 11.941/09	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
1 - Passivos Tributários Objeto da Lei 11.941	37.107	37.107	82.285	82.285
2 - Reduções Previstas na Lei 11.941 (180 meses)	(8.769)	(8.769)	(24.129)	(24.129)
3 - Total da Dívida com Redução (1-2)	28.338	28.338	58.156	58.156
4 - Multas e juros c/ possibilidade de pagamento com utilização do prejuízo fiscal	(9.477)	(9.477)	(15.093)	(15.093)
Atualização Selic pós Consolidação	3.200	1.785	7.624	4.270
Pagamentos Lei 11.941/09	(462)	(424)	(778)	(736)
5 - Valor da dívida a parcelar após a utilização do prejuízo fiscal (3-4)	21.599	20.222	49.909	46.597
Valor da Dívida CIRCULANTE	4.987	2.898	8.853	5.312
Valor da Dívida NÃO CIRCULANTE	16.612	17.324	41.056	41.285
Valor Prestação mensal (180 meses)	202	90	359	255

Em 13 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/2009 e conjuntamente requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX, e formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses destes e de demais débitos tributários federais anteriores a novembro de 2008.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social e Direito das Ações

O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de R\$ 72.000 mil, representado por 78.179 mil ações ordinárias e 155.124 mil ações preferenciais, totalizando 233.303 mil ações sem valor nominal.

NOTA 16 - CONTRATOS DE SEGUROS

A Companhia tem por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. As principais coberturas são as seguintes:

		Valores Cobertos	
Descrição	Risco Coberto	31 de	31 de
		Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Prédios, estoques, máquinas	Incêndio, raio, explosão	22.400	22.400
Prédios, estoques, máquinas	Danos Elétricos.	380	380
Prédios, estoques, máquinas	Vendaval	1.000	1.000
Veículos	Acidentes Pessoais, Danos		
	Materiais	230	260
Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos Eletrônicos	200	200
TOTAL		24.210	24.240

Em 31 de Dezembro de 2012, todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguro.

NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a: a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência no seu contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a maioria dos recebíveis serem oriundos de financiamento FINAME do BNDES; b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados pela Companhia e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia, para minimizar estes riscos, acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços; c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é irrelevante dada às reduzidas operações desta natureza; d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado.

A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2012.

NOTA 18 - RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Tipo	Descrição				
Custo	Remuneração Direta	(1.110)	(1.651)	(1.110)	(1.651)
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(7.429)	(4.329)	(7.510)	(4.329)
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(868)	(1.152)	(868)	(1.152)
Custo	Custos com Depreciação	(186)	(94)	(186)	(94)
Custo Total de Produção		(9.593)	(7.226)	(9.674)	(7.226)
Despesa	Comissões	(318)	(412)	(318)	(412)
Despesa	Assistência Técnica	(5)	(100)	(5)	(100)
Despesa	Marketing, Viagens e Outras Despesas	(147)	(1.562)	(147)	(1.562)
Total das Despesas de Vendas		(470)	(2.074)	(470)	(2.074)
Despesa	Remuneração Direta	(1.194)	(1.842)	(1.194)	(1.824)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(741)	(928)	(741)	(928)
Despesa	Encargos de Depreciação/Amortização	(129)	(125)	(129)	(125)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(501)	(94)	(501)	(94)
Despesa	Outras Despesas	(348)	(1.404)	(350)	(1.428)
Total das Despesas Administrativas		(2.913)	(4.393)	(2.915)	(4.399)
Receita	Deságios Impostos de Intimação Lei 11.941	-	-	-	-
Receita	Ajustes de Estoque	-	-	-	-
Receita	Deságios Impostos de Intimação Lei 11.941	-	-	-	3.462
Receita	Despesas Recuperadas	23	-	23	-
Receita	Indenizações Recebidas	-	-	-	-
Receita	Ganhos sobre Investimentos	-	-	-	-
Receita	Outras Receitas Operacionais	161	65	162	162
Total Outras Receitas Operacionais		184	65	185	3.624
Despesa	Impostos de Intimação Lei 11.941	-	(2.555)	-	(2.555)
Despesa	Deságios com Ajustar	-	(1.810)	-	(1.810)
Despesa	Despesas com Atualizações	(130)	(1.089)	(130)	(1.089)
Despesa	Outras Despesas Operacionais	(2.870)	(663)	(3.007)	(1.201)
Despesa	Negociações/Processos/Trabalhistas	(795)	(4.028)	(795)	(4.028)
Despesa	Ajustes de Estoque / Ociosidade	(2.803)	(9.435)	(2.803)	(9.435)
Outras Despesas Operacionais		(6.598)	(19.580)	(6.735)	(20.118)
Administrativas		(19.390)	(33.208)	(19.609)	(30.193)

NOTA 19 – RESULTADO FINANCEIRO

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Tipo	Descrição				
Receita	Descontos Recebidos	33	27	33	27
Receita	Aplicações Financeiras	-	5	-	5
Receita	Juros e Encargos Recebidos	102	164	102	164
Receita	Variações Cambiais Ativas	128	96	174	145
Receita	Outras Receitas Financeiras	-	14	-	24
Total Receitas Financeiras		263	306	309	365
Despesa	Correção Plano de Recuperação Judicial	(972)	(1.178)	(972)	(1.356)
Despesa	Correção Parcelamento Lei 11.941	(1.420)	(1.665)	(1.454)	(1.665)
Despesa	Despesas Tributárias - Juros e Multas	(903)	(2.356)	(2.915)	(5.134)
Despesa	Despesas com Juros de Capital de Giro	(2.425)	(2.912)	(2.692)	(2.915)
Despesa	Despesas Bancárias / IOF / Cobranças	(87)	(791)	(87)	(937)
Despesa	Despesas com AVP Fornecedores	41	(14)	40	(14)
Despesa	Outras Despesas Financeiras	(218)	(61)	(218)	(84)
Total Despesas Financeiras		(5.984)	(8.977)	(8.298)	(12.105)
Resultado Financeiro Líquido		(5.721)	(8.671)	(7.989)	(11.740)

NOTA 20 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Descarte de Estoques Obsoletos	-	5.173	-	5.173
Consolidação 11.941	-	2.555	-	2.555
Ociosidade	2.803	4.262	2.803	4.262
Reversão de Deságios com Impostos	130	2.899	130	2.899
Provisões Trabalhistas e Outros	3.665	4.691	3.802	5.229
Total	6.598	19.580	6.735	20.118

NOTA 21 - CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, compreendem as demonstrações contábeis da Recrusul S/A e suas controladas relacionadas na Nota Explicativa 08. Foram eliminados na consolidação os saldos de ativos e passivos entre as empresas, os valores das transações comerciais e os resultados não realizados intercompanhias.

A participação dos acionistas minoritários encontra-se destacada nas demonstrações contábeis consolidadas. Os resultados não realizados nas operações estão demonstrados na Nota Explicativa 22.

NOTA 22– CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Controladora	(12.490)	(33.557)	5.685	(8.819)
Lucros não Realizados na Venda de Imóveis	-	-	(2.680)	(2.680)
Prejuízos não Realizados	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	-	8.513	8.809
Participação dos Não Controladores	(8)	(6)	39	28
Controlada	(2.249)	315	(47.047)	(45.073)
Consolidado	(14.746)	(33.248)	(35.490)	(47.735)

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

a) Movimentação do número de ações:

Ações Emitidas	31/12/2012	31/12/2011
Ações Ordinárias	78.179	22.970
Ações Preferencias	155.124	40.941
Total Ações Emitidas	233.303	63.911

No dia 27 de setembro de 2012 foi realizada Reunião do Conselho de Administração que homologou o aumento de capital da Companhia em R\$ 12.000 (Doze milhões de reais) sendo 43.051 mil Ações Ordinárias totalizando R\$ 5.166 mil e 85.423 mil Ações Preferenciais totalizando R\$ 6.834 mil.

Em dezembro de 2012, o Capital Social passou a ser R\$ 72.000 mil, representado por 233.303 ações, sendo 78.179 Ações Ordinárias e 155.124 Ações Preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Resultado por ação:

Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor de prejuízo básico e diluído por ação.

Controladora	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Lucro (prejuízo) do exercício	(12.490)	(33.557)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária – R\$	(0,1598)	(1,4609)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial – R\$	(0,0805)	(0,8197)

NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A empresa atua na área metal-mecânica com produtos que abrangem soluções customizadas em Implementos Rodoviários. Desta forma, praticamente a integralidade das receitas no último exercício

social constitui-se em um único segmento operacional, de forma que a Demonstração do Resultado do Exercício já esta adequada aos princípios necessários determinados pela deliberação CVM nº 582/09

NOTA 25 – CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de dezembro 2012 no montante de R\$ 450 mil (R\$ 9.391 em 31 de dezembro de 2011). Também é parte integrante em dois processos tributários com risco possível de perda na cobrança de IPI no montante de R\$ 13,5 milhões e R\$ 595 mil, no qual este já tivemos decisão favorável sobre o mesmo assunto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Mottin Jr. – Presidente

Edio Alberto Jotz - Conselheiro

Rasso Cauby Lamprecht – Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente

Bernardo Flores - Diretor e Diretor de Relações com os Investidores

Fabiana Bolgenhagen - Contadora CRC-RS 072807 - CPF 674.213.770-34